

# GESTÃO MUNICIPAL E SEGURANÇA PÚBLICA:

Breves considerações sobre os Planos de Governo das e dos Prefeituráveis em Salvador nas Eleições 2020

Autoria: Henrique Oliveira, Lahara Carneiro, Marcele de Oliveira, Mariana Pardo e Wagner Moreira



Fórum Popular  
de Segurança Pública  
da Bahia

# Introdução

Esta breve análise é o resultado da parceria entre a Rede de Justiça Criminal e o Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste, por meio do Fórum Bahia<sup>1</sup>, visando através da Campanha #Eleições Sem Truque, tratar o papel do município na prevenção da violência e no acesso a direitos básicos. Abordando a crescente militarização da política, a importância de se ter políticas públicas embasadas por estudos científicos, com olhares transversais de raça, gênero e classe e a necessidade do diálogo com a sociedade para a elaboração de soluções efetivas e que respeitem os direitos humanos.

Após a ausência de candidatos que haviam confirmado a presença na "Sabatina: Segurança Pública em Salvador" e da pouca visibilidade da pauta nos debates - mesmo com o Ibope tendo diagnosticado que 44% dos soteropolitanos consideram a Segurança Pública como uma das três áreas em que a população mais enfrenta problemas; optamos por construir uma breve análise do que os programas das/os Prefeituráveis abordam sobre a temática.

Por uma questão de exequibilidade temporal, optamos por uma metodologia que aborda a perspectiva dos 4 candidatos melhores colocados nas pesquisas, além do Programa que mais se debruçou sobre a temática e do Programa que mais nos preocupou por apresentar uma abordagem calcada na militarização. O Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia reuniu todos os Programas disponíveis no Sistema do TSE<sup>2</sup>, e disponibilizou no site do Fórum para facilitar o acesso às propostas do seu candidato<sup>3</sup>.

## O que os dados sobre Segurança Pública nos dizem sobre Salvador

Mesmo com o advento da pandemia global do coronavírus, que levou a necessidade da implementação de medidas de distanciamento e isolamento social para conter a propagação do vírus, os crimes violentos letais aumentaram no primeiro semestre de 2020. Também importa frisar que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, apontou que

---

<sup>1</sup> Esta análise foi possível de ser realizada devido ao apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

<sup>2</sup> Acessível por meio do sitio: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>

<sup>3</sup> No Sistema não consta o Programa do Candidato Rodrigo Pereira - PCO.

Salvador foi a quarta capital mais violenta do país em 2019, com uma taxa de 40,4 homicídios por 100 mil habitantes.

Quando fazemos uma análise qualitativa sobre os dados relativos aos crimes violentos na Bahia e na capital Salvador, percebemos que há uma enorme disparidade e desproporcionalidade acerca das vitimização dos grupos étnicos – raciais, em nível nacional, 74% das vítimas de homicídios são pessoas negras, 91% são homens e 51% tinham até 29 anos. Em Salvador, essa taxa chegou a ser de 93% de homens, 90% de negros e 60% de jovens, de acordo com o Atlas da Violência de 2019. Ainda segundo o banco de dados do Jornal Correio, entre 2011 e o primeiro semestre de 2019, 16.600.00 pessoas foram assassinadas em Salvador e Região Metropolitana.

Entretanto, esses números não são resultados apenas da superioridade numérica de negros, já que 85% da população de Salvador se autodeclara negra, mas da existência de vulnerabilidades sociais históricas, que faz com que jovens negros tenham 5 vezes mais chances de serem assassinados que um jovem branco, como consta no relatório Cor da Violência na Bahia, da Rede de Observatórios de Segurança.

Em 2019, o número de feminicídios cresceu 32% na Bahia, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, fazendo com o estado fosse o terceiro a registrar mais casos de violência contra a mulher no país, ficando atrás de São Paulo e Minas Gerais. No Brasil, 66% das vítimas de feminicídio são mulheres negras. Apesar do avanço do movimento feminista que nas últimas décadas conseguiu politizar e colocar a violência contra a mulher na agenda pública, arrancando legislações específicas como a Lei Maria da Penha (2006) e a qualificação penal que tipifica a violência letal contra a mulher como Feminicídio no Código Penal (2015), a violência de gênero não arrefeceu. Se em 2016, um ano após a vigência da qualificação de Feminicídio, o Brasil registrou 926 assassinatos de mulheres, em 2019, foram 1.326 casos, um aumento de 43%, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A violência contra a mulher ganhou um elemento complicador no atual contexto da pandemia global do coronavírus, pois, as medidas sanitárias impuseram às mulheres um convívio muito mais intenso com seus agressores, que segundo as estatísticas são seus companheiros, os responsáveis por 89% dos casos de agressões e feminicídios, além de ter dificultado as denúncias e os registros formais nas delegacias. Não à toa entre maio e agosto o estado baiano registrou um aumento de 150% de feminicídios, dos 15 casos ocorridos em maio, por exemplo, três foram na capital Salvador e 12 em cidades do interior.

Em relação à população LGBT, de acordo com o Atlas da Violência de 2019, as denúncias de homicídios mais que dobraram na Bahia, tendo como base de análise o Disque 100. O volume de denúncias saltou de sete em 2016 para 18 em 2017, uma variação de 157%, bem como aumentou o número de denúncias de lesão corporal. Num relatório publicado pelo Grupo Gay da

Bahia (GGB), no ano de 2016 o estado baiano figurou como o segundo estado mais violento para a população LGBT do país. Entretanto, como tudo aquilo que diz respeito a segurança pública na Bahia carece de registros oficiais e dados, existe uma dificuldade de ter a dimensão aproximada da violência contra a população LGBT em todo o estado. Para tentar sanar esse problema, tramita na Assembleia Estadual, o Projeto de Lei 23.933/2020, que propõe a formulação de mecanismos para o registro e divulgação dos dados de violência contra a população LGBT a cada seis meses.

Esse é o cenário na segurança pública que o futuro prefeito de Salvador vai encontrar ao tomar posse em 1º de janeiro de 2021, ainda que legalmente a responsabilidade sobre a segurança pública recaia com maior peso sobre o governo estadual, que é o poder público que controla as instituições policiais e a Secretaria de Segurança Pública, as prefeituras podem propor políticas transversais e usar a Guarda Municipal para interferir no município. Quais são as principais propostas dos candidatos a prefeito de Salvador para a segurança pública?

## **Breves Considerações sobre os Programas dos 4 candidatos e candidatas mais bem posicionados nas pesquisas de Intenção de Voto**



O candidato mais bem colocado nas pesquisas de intenção de voto<sup>4</sup>, **Bruno Reis (DEM)**, que representa a continuidade do projeto político que gerencia a prefeitura de Salvador desde 2012, não toca nos índices de violência mais alarmantes da cidade, como homicídio e feminicídio. As políticas transversais se concentram na criação do **Conselho Municipal de Políticas Para as Drogas**, propondo uma abordagem integrada com a assistência social, saúde e educação, visando a prevenção, tratamento, acolhimento, recuperação e reinserção social. De acordo com o programa apresentado pelo candidato, a atuação da prefeitura terá como base a Lei Federal nº 13.840, de 2019, que, além de endurecer a política nacional antidrogas, fortalece as Comunidades Terapêuticas<sup>5</sup>.

Outra proposta de Bruno Reis (DEM) que podemos considerar que engloba a segurança pública é nos **serviços socioassistenciais às famílias em situação violência doméstica**, onde propõe ofertar proteção a crianças e adolescentes identificadas em situação de negligência, maus tratos e violência doméstica.

Os homicídios em Salvador afetam em números alarmantes a juventude negra, numa cidade em que metade da população tem até 30 anos, 90% das vítimas de assassinatos são jovens negros e a proposta do candidato não apresenta medidas concretas que tenham como eixo a redução dessa trágica estatística. A candidata que figura em segundo lugar nas intenções de voto é a **Major Denice (PT)**, em seu programa, diz que pretende desenvolver políticas voltadas para a população negra, mulheres e população LGBT.

No âmbito gerencial a candidata pretende criar o **Conselho Municipal de Segurança, Defesa Social e Direitos Humanos e Criar a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contras Diversidades** (mulher, criança e adolescente, idosos, população LGBTI+), que é uma proposta importante que demonstra o reconhecimento que a violência afeta os sujeitos por múltiplos fatores. Também visa implementar o **Plano Municipal de Segurança Pública Cidadã e Defesa Social**, possibilitando controle estatístico sistemático para mapeamento de políticas públicas de prevenção.

A ausência de dados públicos e confiáveis é um grande problema no estado baiano na área da segurança pública. Sem dados disponíveis de forma

---

<sup>4</sup> Foram utilizadas para fins de posicionamento das pesquisas eleitorais as duas pesquisas mais recentes no momento da elaboração deste material: a Instituto Paraná Pesquisas, "registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a identificação BA-06539/2020 de 06/11/2020. E a do IBOPE, registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a identificação BA-06917/2020 de 30/10/2020.

<sup>5</sup> A Lei Federal 13.840, de 2019, alterou a Lei Antidrogas 11.343/06, permitindo a internação involuntária do usuário de drogas, após um pedido formalizado pelo médico, ainda conforme a lei, a internação compulsória pode ser suspensa a qualquer tempo a partir de um pedido do familiar ou representante legal do indivíduo. Esse tipo de medida requer muita cautela, pois, a internação compulsória além de ferir os direitos individuais, em nada contribui para que o sujeito supere o quadro de uso problemático de drogas. Em suma, a legislação recentemente aprovada vai na contramão das políticas de drogas aplicadas em todo mundo, inclusive, é um retrocesso em relação à política que vinha sendo aplicada no país.



transparente é impossível compreender o fenômeno da violência e avaliar as políticas públicas, para isso, Denice (PT) está propondo a implementação do [Plano Municipal de Segurança](#), com controle estatístico para mapeamento e políticas públicas de prevenção.

Em seu programa, a Major Denice pretende impulsionar a atuação da Guarda Municipal através de um programa de valorização profissional, Centro de Formação, controle social e infraestrutura, para que a Guarda seja inserida em projetos de prevenção e enfrentamento da violência.

A candidata [Olivia Santana \(PCdoB\)](#), que ocupa o terceiro lugar nas pesquisas, defende um modelo de segurança pública fundamentado no [respeito aos direitos humanos e igualdade para combater a criminalidade](#). No enfrentamento à violência contra a mulher, Olivia pretende estabelecer políticas transversais e interdisciplinares que possam auxiliar a segurança pública, além de criar o [Centro de Referência de Atenção à Mulher em Cajazeiras e no Subúrbio](#).

Visa reestruturar a Guarda Municipal e [promover uma mudança cultural em sua abordagem](#) para garantir respeito aos direitos humanos. Em sua percepção, a criminalidade em Salvador se desenvolve num ambiente historicamente desigual socialmente, de forma complexa, que tem seus desdobramentos nas relações raciais e de gênero.

Como já pontuamos, há uma ausência de dados referentes a segurança pública e Olivia Santana deseja criar um [Observatório da Segurança Social](#), para coletar e tratar os dados, com discussões e ações voltadas à resolução dos problemas criminais de forma multidisciplinar e não apenas penal, reafirmando que [a criminalidade é um fenômeno social multifatorial](#) e que se desenvolve para além da suposta ausência das instituições do sistema de justiça criminal. Grande parte das agressões e assassinatos que ocorrem são também resultados da incapacidade dos indivíduos em resolver os conflitos interpessoais, para isso, Olivia Santana está propondo o [Programa Municipal de Mediação](#), incluindo a Câmara de Conciliação Municipal.

O quarto candidato melhor colocado nas pesquisas é o [Pastor Sargento Isidório \(Avante\)](#), que em suas propostas o candidato demonstra interesse em prevenir a violência com foco maior na juventude, no enfrentamento ao consumo de drogas e estabelecendo parceria com as polícias civil e militar no que o seu programa chama de "zonas quentes" de ocorrência policial, como furto e roubo.

O candidato demonstra preocupação com o alto índice de vitimização de jovens e propõe realizar intervenção estratégica para prevenir homicídios entre os jovens em áreas violentas, ofertando oficinas com foco na geração de empregos na área da economia criativa. Apesar de a juventude negra masculina ser a principal vítima dos homicídios em Salvador, o candidato [ignora completamente qualquer menção a violência letal contra outras parcelas da população](#), como as mulheres e a população LGBT.

Isidório pretende utilizar a Guarda Municipal numa ótica que consideramos de militarizada. Com Centro de Formação, com estande de tiro, academia, sala de aula, aquisição de equipamento bélico e rádios. O candidato também visa proteger o patrimônio privado e apresenta um plano para **proteger o comércio juntamente com a PM**. Nos últimos anos os sistemas de videomonitoramento e reconhecimento facial se expandiram em Salvador, Isidório propõe a criação de um compartilhamento da rede com a PM e entes privados.

A conexão entre redes privadas e públicas de videomonitoramento é chamada de "rede de vigilância acessórias" e já existe em cidades dos EUA e Inglaterra. Consideramos que esta medida que pode ampliar o vigilantismo do espaço público, reduzir as liberdades individuais e serem utilizadas para a legitimação do Racismo por meio dos "Algoritmos"; uma vez que, estudos divulgados, como o da Rede de Observatórios da Segurança, demonstram existir uma **prevalência muito maior de identificação direcionada a pessoas negras**.

## Programa mais detalhado<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A análise dos dois programas a seguir, tomam como base, os eixos que estruturam a concepção de Segurança Pública do Fórum Bahia; Os nove primeiros são fruto de um balizamento de caráter regional para que os Fóruns Estaduais possam dialogar com parâmetros comuns: i. Território; ii. Infância, Adolescência e Juventudes; iii. Combate às Opressões / Gênero, Raça e Classe; iv. Política Sobre Drogas; v. Prevenção Social; vi. Criminalização dos Movimentos Sociais; vii. Profissionais de Segurança; viii. Sistema de Justiça Criminal; ix. Controle de Armas e Munições. Ao longo da Trajetória das 16 pré-conferências realizadas no segundo semestre de 2019, percebemos a recorrência de algumas temáticas o que nos levou a incorporar dois novos eixos: x. Mídia (4ª Poder) e xi. Poder Paralelo (Facções, Milícias, Grupos De Extermínio). Você pode conhecer mais sobre os eixos acessando os cards com suas descrições no Instagram do FPSPBA: <https://www.instagram.com/fpspba/> .



"Salvador precisa de uma concepção alargada de segurança calcada na compreensão de que não haverá direito à segurança sem a segurança dos direitos fundamentais e sociais. [...] Dessa forma, uma política municipal de segurança cidadã baseada em evidências e nas melhores práticas nacionais e internacionais pode ressignificar a imagem e o acesso a uma cidade de Salvador mais humana, pacífica e menos violenta, com base no entendimento de que a segurança é um direito garantidor de outros direitos, tendo, pela sua característica e natureza, potencial de incentivar o desenvolvimento humano e sustentável."

## Plano de Governo de Bacelar (Podemos)

O candidato **Bacelar (Podemos)** traz em seu programa a ideia de que o direito à Segurança Pública se dá por meio do **acesso aos direitos fundamentais e sociais**. Chama atenção para a necessidade de se construir políticas públicas de segurança com base em evidências, transparência e em práticas exemplares de outras localidades, tendo como uma das suas diretrizes institucionais a gestão pública da Segurança orientada por resultados.

A preocupação com esta área vem também através da pretensão em desenvolver projetos de captação de recursos e sustentabilidade financeira para as políticas públicas de segurança não só por meio do setor público, mas incluindo o setor privado, a sociedade civil e organizações internacionais. Um realce importante das suas propostas é a priorização de grupos populacionais vulneráveis à exposição às violências através do **fortalecimento dos fatores de proteção e redução dos fatores de risco** dos grupos populacionais, áreas geográficas e comportamentos mais suscetíveis à violência.

Destacamos os pontos fortes deste plano, o mais detalhado dentre os analisados e com mais políticas transversais que impactam diretamente na redução e prevenção da violência do município. Estes pontos estão destacados de acordo com os eixos temáticos que norteiam o debate da Segurança Pública pelo Fórum.

## Prevenção social



A prevenção social é citada direta e indiretamente em todo o texto quando o candidato traz, em grande parte das suas propostas, a redução dos fatores de risco e proteção da violência antes que ela ocorra. Isso demonstra interesse em [realizar investimentos que só darão resultados com persistência e tempo, por meio da diminuição das desigualdades e acesso da população aos direitos em sua essência](#) e totalidade. Sendo assim, a educação e o conhecimento são incluídos no plano para a Segurança como ferramentas primordiais para a redução da violência na cidade.

Ele propõe criar o [Observatório Municipal de Segurança e Convivência Cidadãs como instância responsável pela produção de dados criminais e não criminais, proposição de indicadores de diagnóstico, monitoramento e avaliação e desenvolvimento de estudos e pesquisas sociais aplicadas na área com foco na compreensão da dinâmica das situações de violências e crimes. Também quer desenvolver um sistema online de coleta, sistematização e análise de dados e informações de fontes, tanto municipais como estaduais e da União, com um nível de automação que possibilite integração de diferentes dados não criminais do município com os indicadores criminais de dimensão estadual. Como cita no texto, enxerga estes dados compartilhados como fundamentais tanto para subsidiar a elaboração de políticas públicas de segurança focalizadas pelo Município quanto para ensejar o monitoramento e avaliação, permanente e continuada, com base em evidência, da política municipal de segurança e convivência cidadãs de Salvador.](#)

Pretende criar o [Fundo Municipal de Segurança Cidadã de Salvador](#) a partir da captação de recursos junto aos demais entes federados e do fomento das parcerias com o setor privado. Além de instituir a “Lei Municipal de Incentivo à Segurança e à Convivência Cidadãs” a partir da autorização de compensações de tributos municipais em casos de aplicação direta desses recursos pela iniciativa privada em projetos especificamente de prevenção social e situacional das violências. O candidato também deseja promover parcerias estratégicas entre o Município de Salvador, o Estado e a União, organismos internacionais, iniciativa privada, sociedade civil e associações locais para potencializar o financiamento compartilhado desta agenda.

Intenta instituir o [Conselho Municipal e de Plataforma Online de Segurança e Convivência Cidadãs para dinamizar e qualificar a participação](#) de i. diferentes secretarias municipais, ii. instituições da segurança pública estaduais e federais, do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, a convite, entre outras, iii. representantes da sociedade civil (jovens e mulheres negras), V. demais interessados(as), privilegiando o engajamento cívico em torno da

constituição do I Plano Municipal de Segurança e Convivência Cidadãs, incluindo a modernização do Código Municipal de Posturas, em atenção à novel Lei nº 13.675/2018 (Lei do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP);

Realizar a [Pesquisa de Vitimização e Percepção Social de \(In\)Segurança \(Mapa do Medo\)](#) pelo Observatório Municipal de Segurança e Convivência Cidadãs em parceria com instituições acadêmicas e institutos de pesquisa, com vistas a garantir a identificação dos fatores ambientais e de infraestrutura urbana que fomentam a representação da população de maior ou menor insegurança e medo, aperfeiçoando as estratégias de prevenção das violências e crimes e de promoção da convivência na cidade;

Capacitar e formar as Guardas Municipais e demais servidores públicos municipais imbricados para a coleta e [análise de dados e informações sobre a dinâmica das violências e crimes, privilegiando fatores de risco](#) (como os mercados ilegais de armas e drogas) e de proteção dos grupos populacionais, dos lugares e dos comportamentos mais suscetíveis à violência (redução do abandono e da evasão escolares, métodos alternativos de resolução de conflitos nas escolas mediante a introdução da mediação de conflitos e da justiça restaurativa), agregando inteligência à tomada de decisão estratégica e tático-operacional da política municipal de segurança e convivência cidadã.

## **Infâncias, Adolescências e Juventudes**

Para crianças, adolescentes e jovens, ele destaca o incentivo e monitoramento da frequência escolar, além do acesso a cursos profissionalizantes, compreendendo dados de pesquisas que apontam que jovens com [pouca escolaridade têm maior risco de serem vítimas de violência letal no Brasil](#) e/ou cooptados por organizações criminosas.

## **Combate às Opressões**

Para além de propor o fortalecimento de programas de proteção e apoio para mulheres vítimas de violência, o candidato traz em seu plano de governo propostas que vão na raiz do problema e visam, além da prevenção, enfrentar a desigualdade de gênero. A exemplo, cita o desenvolvimento de ações de [desconstrução de referenciais de gênero](#), chamando a atenção que muitas vezes estão associados à conceitos de masculinidade tóxica e sociabilidade violenta.

Cita a realização de capacitações e formações específicas de servidores públicos municipais acerca das desigualdades estruturais de gênero e de etnia/raça e seus efeitos na convivência entre as pessoas; e também o fomento de políticas públicas voltadas ao [tratamento dos homens agressores](#).

Pretende implantar um [Centro de Referência Municipal em Direitos Humanos](#) para potencializar a realização de cursos, oficinas, seminários, workshop's e debates sobre desigualdades sociais e segurança pública, liberdade e tolerância religiosa; convivência cidadã, seletividade racial e abordagem policial (e da Guarda Municipal); entre outros, em parceria com organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior.

## **Políticas sobre drogas**

Um grave problema em torno desta temática é que seu debate está marcado por preconceitos e informações de senso comum. O candidato aborda essa questão ao propor a realização de capacitações e formações específicas com os servidores públicos municipais na área; além da [promoção de programas educativos que disseminem informações honestas](#) sobre as substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, incluindo potenciais riscos de seu uso, bem como, estratégias para redução dos riscos à saúde.

Para usuários problemáticos de drogas o candidato resgata a perspectiva fundamental da [redução de danos e do tratamento baseado em evidências](#), considerando o fortalecimento de programas municipais de atenção psicossocial.

## **Territórios**

Há no programa preocupação em torno da discriminação e criminalização dos territórios periféricos que possuem maior incidência de homicídios e outras formas de vitimização letal, propondo implementar uma [Agência Municipal de Boas Notícias](#), com participação de Núcleos Comunitários, ultimando a desconstrução dos preconceitos que recaem sobre essas comunidades e estimulando a visibilidade social positiva do território.

Visa a criação e manutenção de espaços públicos seguros, incluindo a perspectiva que da [política transversal de melhoria da infraestrutura e mobiliários urbanos](#), sobretudo nas regiões mais vulneráveis e periféricas da cidade; além do fomento a atividades culturais e de lazer nos territórios que concentram criminalidade violenta e outras

vulnerabilidades. Além disso, busca incentivar a realização de investimentos públicos municipais com foco em melhorias de infraestrutura urbana em iluminação pública, pavimentação, podas de árvores, revitalização de espaços públicos, a partir do fomento de espaços urbanos seguros, nos locais que concentram a maior ocorrência de delitos.

## **Mídia**

O candidato propõe potencializar o financiamento compartilhado para mobilizar a atenção da opinião pública e da sociedade soteropolitana, em especial dos segmentos sociais jovens e mulheres negras, pobres e de periferia em torno da [centralidade da Segurança Pública para a melhoria da qualidade de vida](#). Além disso, destaca a necessidade de desenvolver um plano de comunicação para difundir a atuação do Município, em especial no campo da prevenção das violências e da promoção dos direitos humanos, notadamente dos setores historicamente excluídos, criminalizados e, não raro, vitimados fatalmente, a partir da realização de campanhas específicas.

## **Profissionais de Segurança**

Compreendendo a vulnerabilidade psicológica dos profissionais de segurança e reconhecendo os [crescentes índices de suicídios e doenças mentais dos trabalhadores](#) municipais e estaduais dessa área, planeja instituir o Programa de Saúde Mental da Guarda Municipal e dos Profissionais da Segurança Pública de Salvador.

Além disso, demonstra preocupação com o [uso ilegal e abusivo da força por estes profissionais](#) quando propõe criar indicadores de monitoramento e avaliação do uso da força, incorporando-as entre os principais indicadores públicos municipais de segurança. Também visa implantar câmeras de videomonitoramento nas viaturas da Guarda Municipal e, por convênio, nas da Polícia Militar da Bahia tanto para a proteção do servidor público quanto do(a) cidadão(ã) de Salvador.

## **Controle de armas e munições**

No Atlas da Violência 2019 é apresentado um resumo da literatura científica indicando um consenso sobre a relação entre a difusão de armas de fogo e o aumento de homicídios, feminicídios, suicídios e acidentes fatais envolvendo crianças; explicando, ainda, os canais

comportamentais que elucidam a relação causal entre mais armas e mais crimes. Apesar de propor mais armamentos letais e não letais para Guardas Civis, o candidato Bacelar traz em seu plano de governo a proposta de identificação dos territórios com as maiores concentrações de demanda e apreensão de armas de fogo para realizar [mobilização comunitária](#) e [apoio às campanhas de entrega voluntária de armas de fogo e munições](#),

## Programa mais preocupante

"Transformaremos a Guarda Civil Municipal em órgão complementar de segurança pública, visando o desafogo das atividades da Polícia Militar em Salvador, e garantiremos o uso de armas de fogo por parte dos agentes de segurança pública municipal, realizando parcerias com a Polícia Federal para seu devido treinamento."



### Plano de Governo Cezar (PTRB)

O candidato defende a gestão militarizada das escolas públicas e da Guarda Municipal e o ["combate à ideologia de gênero e marxismos"](#), questões que dialogam com o que vem pautando o governo federal. Chega a propor uma espécie de "gestão privada" da segurança - sugerindo a colocação de guaritas pelos moradores para restringir o acesso a certos bairros no período noturno. Destacamos os pontos mais marcantes e de relevante preocupação a partir dos eixos temáticos do Fórum.



## Profissionais de Segurança

Pretende criar uma Secretaria Municipal De Segurança Pública que teria como finalidade principal o restabelecimento do sentimento de segurança dos soteropolitanos e dos que visitam a cidade. Ressalta o papel da Guarda Civil Municipal que, de acordo com o candidato, além da vigilância patrimonial, pode atuar preventiva e permanentemente, na proteção sistêmica da população. De acordo com o plano de Governo de Cezar a GCM tem o potencial de proteção ao cidadão subaproveitado.

A Guarda Municipal, atualmente vinculada à Secretaria Municipal de Ordem Pública, seria remanejada para a Secretaria Municipal De Segurança Pública. [Visualiza o papel da GCM como essencialmente repressor](#), afirmando que sua gestão transformaria a GCM em um órgão complementar de Segurança Pública, desafogando as atividades da Polícia Militar em Salvador.

Afirma que vai garantir o uso de armas de fogo pelos guardas municipais, cujo treinamento dos agentes para utilização se daria em parcerias com a Polícia Federal. O programa do candidato fala em parcerias com guardas civis de outros municípios, com a Polícia Militar da Bahia e de outros estados, além de convênios com o Ministério da Justiça, Segurança Pública e Forças Armadas.

Propõe, ainda, parceria junto Polícia Militar e à iniciativa privada a contratação de Policiais Militares e Guardas Civis Municipais [em regime de hora extra](#), não explicando de que forma a prefeitura teria tal ingerência na Polícia Estadual Militar. Cezar também propôs a realização parcerias com guardas civis de outros municípios, com a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal para coibir crimes na cidade, buscando o combate da entrada de entorpecentes e armas ilegais na cidade, sobretudo em suas entradas. Contudo, não elucida de que forma concretizará tal medida, que inclusive [foge das competências constitucionais conferidas ao município](#).

## Política sobre Drogas

Intenta firmar parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Polícia Militar para ampliação do PROERD nas escolas, buscando a conscientização de jovens no combate ao uso e ao tráfico de drogas.

## Territórios

Outra proposta que chama atenção é a possibilidade do fechamento de ruas, com cancelas e guaritas, caso seja interesse dos moradores, para restrição do acesso à rua durante a noite. Tal proposta é extremamente leviana: fechar uma rua não garantir a proteção. A possibilidade dos moradores "cercarem" uma via pública [significa permitir restrições ao espaço público e a criminalização de determinados indivíduos](#), numa cidade tão racialmente distribuída como Salvador, onde os corpos considerados como principais "suspeitos" são os negros.

## Combate às opressões

Traz como proposta o videomonitoramento, cujo projeto piloto se daria no Pelourinho para proteção de moradores e turistas. Como já mencionamos na análise do Candidato Sargento Pastor Isidório, [uma aplicação sem estudos prévios pode ampliar o vigilantismo do espaço público](#), reduzir as liberdades individuais, além de serem utilizadas para a legitimação do Racismo por meio dos "Algoritmos".

O candidato traz propostas que chegam a fugir da alçada de um gestor municipal, porque sabe que isso chama a atenção dos eleitores. A Constituição Federal (art. 144, §8º) impõe a Guarda Civil Municipal atribuições diferentes da Polícia Militar, quais sejam a proteção dos bens, serviços e instalações do Município, não um papel "essencialmente" repressor que desafogaria a Polícia Militar, os Guardas Municipais Civis não possuem as mesmas atribuições de um Policial Militar.

As propostas do candidato [reforçam um modelo reativo de policiamento](#)<sup>7</sup> - no qual espera-se a ocorrência do crime para entrar em ação, ignorando estratégias de prevenção social, a exemplo de políticas públicas municipais de moradia e educação, lazer, esporte, qualificação profissional melhorias nos bairros como iluminação, pontos de ônibus, entre diversas outras.

Em verdade, propostas voltadas a segurança pública que tenham como foco aumentar o aparato repressivo [estão fadadas ao fracasso](#), se trata de "enxugar gelo". Ainda mais considerando o despreparo das nossas forças policiais, onde se mata primeiro para apurar depois.

---

<sup>7</sup> AZEVEDO, Marco Antônio de. Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 18-25, Sept. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932003000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300004&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000300004>.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, as mortes decorrentes de intervenção policial na cidade de Salvador aumentaram mais de 57% entre o ano de 2018 e 2019. Estas mortes atingem determinados grupos populacionais com maior intensidade: [homens jovens, negros e moradores de territórios considerados vulneráveis](#).

[A polícia da Bahia é a sexta que mais mata no país](#). Oficialmente, os agentes do estado só deveriam utilizar da força letal em casos de iminente ameaça a vida. Mas os dados mostram que o costume das corporações é de matar sem restrições, sob a confiança de que não serão responsabilizados pelas vidas tiradas. Nesse sentido, treinar os Guardas Municipais com a Polícia Militar, é desconsiderar as atribuições constitucionalmente previstas para a GCM, bem como investir numa política de segurança que vem dando errado.

**Segurança não se constrói com repressão e limpeza social, mas com educação, acesso à saúde, lazer, cultura, moradia e emprego. E tem a ver, sobretudo, com a diminuição das desigualdades e acesso aos direitos em sua essência e totalidade.**



## Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia

O Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia – FPSP-BA é uma articulação da sociedade civil que reúne movimentos sociais, núcleos de pesquisa, coletivos e organizações comunitárias. O objetivo é fomentar e incidir sobre o debate das políticas públicas de segurança de maneira popular voltada para as especificidades da Região Nordeste - que compartilha uma realidade de aumento progressivo da violência letal e intensificação da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

### **Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia**

Salvador - BA - Brasil

[fpspba@gmail.com](mailto:fpspba@gmail.com)

[instagram.com/fpspba](https://www.instagram.com/fpspba)

[facebook.com/fpspba](https://www.facebook.com/fpspba)

[twitter.com/fpspba](https://twitter.com/fpspba)

[www.fpspba.org.br](http://www.fpspba.org.br)